

FINANÇAS PÚBLICAS E EFICIÊNCIA PRIVADA NO ESTADO DO MARANHÃO

*João Gonsalo de Moura*¹

*Eunice Paraguassu Moura*²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de reestruturação do setor público e como, a partir de um novo paradigma de gestão, pode auxiliar o setor privado, de forma que o desenvolvimento econômico seja factível. Para tal faz-se necessário que, além do equilíbrio orçamentário que lhe recupere a capacidade de poupança, haja uma atuação conjunta com o setor privado. Como estudo de caso, após uma análise dos principais aspectos do ajuste das contas públicas do Estado do Maranhão, no período de 1991 a 1999, constata-se que o referido Estado agiu de acordo com as premissas de um novo modelo, eliminando obstáculos ao aumento da produtividade e facilitando o processo de crescimento econômico.

Palavras-chave: política fiscal, finanças públicas, economia regional.

INTRODUÇÃO

Em matéria de planejamento econômico, o Brasil tem experimentado fases bastante distintas, ao longo dos últimos anos. Com a criação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) os Estados brasileiros, e nordestinos, de modo particular, passaram a viver uma fase cuja ênfase era o planejamento de caráter macro/regional. No entanto, passados alguns anos, esse tal modelo se esgotou, passando a dar lugar a uma nova forma de ação dos Estados, cuja iniciativa de planejamento das ações setoriais tem sido mais individualizada e dirigida para o interesse local.

Na verdade, o ponto divisor entre os dois modelos anteriormente citados ocorre exatamente com o advento da chamada Nova República, quando as questões referentes ao planejamento de longo prazo passaram a dar lugar às políticas de estabilização de curto prazo, ficando os Estados, principalmente os do nordeste, sem um direcionamento macrossetorial, apesar da exigência constitucional de que o Governo federal deva elaborar orçamento plurianual dos investimentos regionalizados (ROCHA & MOURA, 1999).

No que diz respeito especificamente ao Estado do Maranhão, objeto de estudo do presente trabalho, constata-se que ele vem melhorando a sua dinâmica industrial, o que lhe permitiu aumentar a sua participação no produto interno bruto (PIB) brasileiro, nos últimos anos, passando de 1% em 1985 para 1,6% em 1999. Em relação ao caso específico da região nordeste, essa expansão foi ainda mais

¹ Professor no Departamento de Economia da UFMA Doutor em Economia pelo PIMES/UFPE.

² Professora no Departamento de Economia da UFMA. Mestra em Engenharia de Produção pelo PPGE/UFPE.

significativa, uma vez que passou de 6 para 9%, considerando-se o mesmo período (SUDENE, 2000).

Ainda com relação àquele mesmo Estado, o que se torna mais importante de ser ressaltado é que, no período em análise, mais precisamente a partir do início dos anos 90, diante da inexistência do planejamento nacional/regional, inicia-se um novo modelo de gestão do setor público, a saber, o Modelo Gerencial. A meta a partir daquele momento passa a ser a ruptura com as estratégias governamentais de ação anteriores, no sentido de tornar o Estado eficiente e capaz de estimular o desenvolvimento econômico-social, só que não mais através do estímulo à capacidade de consumo dos indivíduos mas, ao contrário, criando as condições para a expansão da capacidade produtiva local.

Não sendo exatamente um fenômeno de natureza local, fazendo parte de uma nova cultura que se disseminaria em nível nacional, a nova forma de gestão tinha como um de seus objetivos primordiais aumentar a capacidade de poupança do setor público, de forma a ampliar sua capacidade de investimentos. Nesse sentido, com a aplicação de tais recursos, principalmente, em obras estruturadoras, a produtividade da economia local seria estimulada, reduzindo também seus custos, abrindo um amplo espaço para a realização de novos investimentos privados.

Tendo em vista a carência de estudos no sentido de analisar o processo de mudança acima mencionado, principalmente em nível do Estado do Maranhão, faz sentido que, neste momento, sejam empreendidos alguns esforços para que se procure dar um embasamento teórico a tais acontecimentos, assim como analisar algumas de suas consequências práticas. Desse modo, tomando por base a relevância da discussão do papel do setor público, analisar-se-à, por meio de modernas teorias de gestão, a influência da conduta do setor público daquele Estado na elevação da produtividade do setor privado e, conseqüentemente, no processo de expansão produtiva ali verificado, tomando como ponto inicial o ano de 1991, quando fica mais evidente a mudança de conduta do governo local.

Dessa forma, para alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho encontra-se assim dividido: além desta introdução, a segunda seção tratará da questão da redefinição do papel do setor público, principalmente no que se refere ao seu modelo de intercambio com o setor privado. Na terceira seção será discutido o novo paradigma de gestão implantado no Estado do Maranhão a partir de 1991, procurando-se identificar-lhe a relação com as novas premissas de gerenciamento público. Por fim, a quarta seção será reservada às considerações finais.

REESTRUTURAÇÃO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

Para que o progresso econômico possa ser alcançado, principalmente nas chamadas economias em desenvolvimento, faz-se necessária a realização de investimentos em bens físicos, capital humano e a utilização de técnicas modernas de gestão e organização das atividades, tanto em nível de setor público como em nível de setor privado (ASCHAUER, 1989; LUCAS, 1988). Porém, dada a carência de recursos financeiros e a baixa competitividade de seus produtos em nível de mercado externo, pode-se dizer que há sérias limitações ao desenvolvimento daquelas economias.

Como forma de superar essas dificuldades, o setor empresarial particular deve procurar reestruturar a sua atividade produtiva, gestão e organização. Enquanto isto, e paralelamente a isto, o setor público deve reestruturar-se e buscar novas formas de auxiliar o setor privado, de maneira seletiva, no seu processo de reestruturação e reorganização.

Nesta exposição, dar-se-á maior ênfase ao processo de reestruturação do setor público e, de como o mesmo, a partir de uma conduta seletiva, pode auxiliar ao setor empresarial privado, de maneira que o progresso econômico seja viabilizado. Assim, faz-se necessária uma breve exposição da relação dos novos modelos gerenciais com a melhoria do padrão tecnológico do setor empresarial privado, destacando a participação do setor público.

O paradigma de produção em massa, fordista, apresentou, a partir do final da década de 70 e início da década de 80, características inequívocas de ter chegado ao esgotamento da sua capacidade de alocar, administrar e organizar eficientemente os recursos produtivos. Ou seja: a economia mundial passou a apresentar uma redução na produtividade dos fatores de produção (capital, mão de obra etc.), o que se traduziu em uma redução no ritmo de acumulação de capital e, conseqüentemente, redução do ritmo de crescimento econômico mundial (PEREZ. 1992).

Distarte, diante do esgotamento do paradigma tecno-econômico fordista, um novo paradigma foi apresentado à economia mundial, suplantando o paradigma anterior. Este novo paradigma define um conjunto de regras de melhor prática, em termos técnicos e organizacionais, e é caracterizado pela Microeletrônica (tecnologia da informação): tecnologias de automação flexível (por exemplo, a *lean production*), relacionadas com as técnicas de produção: e as novas técnicas de gestão e organização, como just-in-time' interno e externo, controle de qualidade total, zero defeito, terceirização, dentre outras (SLACK et al. 1997).

É com base nesse novo paradigma tecno-econômico que se dá a reestruturação do setor empresarial privado. Outrossim, é por meio dessa nova *prática ótima* em termos técnicos, organizacionais e gerenciais, que se consegue a alocação eficiente dos fatores de produção (capital humano, bens de capital etc.). Isto terá como resultado um aumento da produtividade no processo produtivo, da acumulação de capital e, conseqüentemente, um aumento no ritmo do progresso econômico.

Mas a tarefa de se alcançar maior ritmo de expansão produtiva nos países em desenvolvimento, por meio dessa reestruturação/reorganização do setor empresarial privado é demasiado complexa e exige um leque significativo de recursos facilitadores (recursos financeiros, mão de obra qualificada, sistema de telecomunicações moderno, portos, aeroportos, etc.), o que torna extremamente difícil a realização de tal tarefa. Logo, faz-se necessária a atuação conjunta dos setores particular e público.

De acordo com o paradigma fordista, o setor público tinha como papel a direção e a liderança do processo de industrialização nos países em desenvolvimento. Isto se traduziu na realização de importantes investimentos diretos na atividade produtiva por esse setor. Graças a esses investimentos, existe, ainda que defeituosa, uma estrutura produtiva básica para o crescimento, formada por um bom número de

empresas instaladas, infraestrutura de apoio à produção e mão de obra qualificada. A questão que ora se coloca é: como aproveitar a estrutura básica existente, de maneira a reestruturar (ou reorganizar) o setor privado em bases modernas, em termos do novo padrão tecnológico.

No paradigma atual, o setor público tem como papel criar um ambiente favorável para a realização de investimentos pelo setor privado. De maneira genérica, pode-se dizer que o setor público deve desempenhar o papel de articulador e gerador de consensos sócio- políticos, participar na geração da base sistêmica de competitividade, e manter o equilíbrio macroeconômico (PEREZ. 1992).

O novo papel do setor público passa a ser a criação de um ambiente favorável à realização de investimentos pelo setor privado, de acordo com os princípios do novo paradigma tecno-econômico, de maneira que o crescimento econômico seja factível. Ou seja: o setor público deve: a) identificar e eliminar os obstáculos ao crescimento: b) apresentar recursos facilitadores. De maneira sintética, pode-se dizer que o setor público deve auxiliar o setor privado a formar a sua rentabilidade em função de um melhor padrão tecnológico. Isto se torna possível via utilização dos princípios técnicos e organizacionais do novo paradigma. o que implica maior produtividade dos fatores de produção, maior competitividade endógena (manutenção e conquista de fatias de mercado) e, conseqüentemente, maior acumulação de capital (BARRO, 1990).

Porém, apenas essa mudança na relação entre o setor público e o setor privado é pouco para eliminar os obstáculos iniciais ao crescimento econômico em países em desenvolvimento. Parte-se da ideia de que também se faz necessária uma situação macroeconômica estável e um redimensionamento do tamanho do setor público.

No que diz respeito à situação macroeconômica estável, cumpre: controlar o processo inflacionário; equilibrar o orçamento público e o balanço de pagamentos. Com relação ao redimensionamento do setor público que, como se sabe, tem estreita ligação com a estabilidade macroeconômica, ele deve ser feito com base nas reformas administrativas, patrimonial, tributária, previdenciária e fiscal (LOPES & MARINHO, 1996). Com o redimensionamento do setor público, deve-se buscar uma estrutura orçamentária e fiscal capaz de apresentar, ao longo do tempo, uma melhoria na sua capacidade de poupança. Isto irá proporcionar a esse setor uma maior capacidade de realizar investimentos produtivos, principalmente em áreas estruturadoras. Necessário buscar também, nesse processo de redefinição do tamanho do setor público, uma atuação do mesmo em atividades estratégicas para o crescimento, como educação, saúde, habitação etc.

Uma situação macroeconômica estável e um setor público redimensionado representa uma mudança de regime positiva e, conseqüentemente, uma redução dos obstáculos ao crescimento. Pois, essa mudança de regime leva a um aumento na credibilidade, o que proporciona um ambiente favorável aos investimentos internos e externos em modernização, ampliação e implantação de novas empresas (GARCIA, 1995).

O setor público, ao proporcionar recursos facilitadores ao setor privado, deve exigir, como contrapartida, a busca contínua de um melhor padrão tecnológico e, deste modo, maior competitividade. Contudo, o setor público deve, pelos motivos já explicitados, auxiliar nas melhorias qualitativas pelas quais o setor privado deve passar. Nesse sentido, o setor público deve proporcionar melhores condições em termos de financiamento, recursos humanos e serviços de infraestrutura, a exemplo da telecomunicação, dos portos, aeroportos, energia elétrica, etc (FERREIRA, 1996).

Em resumo: de acordo com o novo modelo de gestão pública, pode-se dizer que uma economia que consegue atingir o equilíbrio nas suas contas internas e externas, aumenta a poupança interna e melhorar, em termos quantitativos e qualitativos, a infraestrutura básica de produção e a educação, conseguirá criar um ambiente favorável aos investimentos em modernização, ampliação e implantação de novas empresas, que trabalham com base no padrão tecnológico determinado pelo novo paradigma. Isto terá como resultado: aumento da produtividade e competitividade sistêmica; aumento da acumulação de capital: e, conseqüentemente, maior crescimento econômico.

Neste trabalho, considera-se que a conduta inicial do setor público, a identificação e eliminação dos obstáculos ao crescimento, é condição necessária para que esse setor possa realizar a sua outra forma de conduta, a saber, apresentar os recursos facilitadores à expansão do setor privado. Ou seja: a estabilidade macroeconômica, levando a uma redução do risco no processo produtivo, e o redimensionamento do setor público, recompondo a sua capacidade de poupança desse setor. Eles irão atrair e fornecer recursos financeiros que, juntamente com as melhorias tecnológicas, tornarão factível o crescimento econômico, nos moldes do novo paradigma.

O SETOR PÚBLICO DA ECONOMIA MARANHENSE

Nesta seção, será estudada a conduta do setor público maranhense na criação de um ambiente favorável à realização de investimentos pelo setor privado, tomando-se por base o período 1991-99. Ou seja: tentar-se-á verificar como o setor público conseguiu identificar e eliminar os obstáculos ao crescimento e apresentar os recursos facilitadores àquele processo, a partir de alguns indicadores da economia local.

Eliminando Obstáculos

Um dos principais obstáculos ao processo de expansão produtiva em economias periféricas tem sido o desajuste fiscal do setor público, em seus diversos níveis. O mesmo inviabiliza a formação de poupança, cuja acumulação toma-se fator primordial para o progresso econômico. No intuito de resolver tal problema, isto é, reequilibrar o orçamento, com vistas à recuperação da capacidade de poupar, a nova forma de gestão que foi implantada no Estado do Maranhão, a partir de 1991, agiu explicitamente nessa direção, procurando não somente incrementar as receitas, mas também, controlar as despesas.

No que se refere exclusivamente às despesas, cabe ressaltar os esforços que foram inicialmente empreendidos no sentido de enxugar a folha de pagamento de

peçoal, tendo esta medida se processado principalmente através da redução do número de funcionários que, àquela altura, considerava-se excessivo. Inicialmente, ainda no governo de Edison Lobão, foram eliminados cerca de 17.000 (dezesete mil) funcionários contratados irregularmente em governos anteriores, embora tenha sido feito um concurso público onde 12.000 (doze mil) foram selecionados, promovendo assim um enxugamento da ordem de 5.000 funcionários da folha de pagamentos estadual.

Como complemento à medida anterior, ao longo dos anos seguintes, diversos programas de demissão voluntária foram implantados, além da extinção de órgãos públicos e reorganização da máquina administrativa estadual, culminando com a transformação das secretarias governamentais em gerências. Acredita-se que tais medidas contribuíram sensivelmente para ampliar a capacidade do Governo estadual acumular recursos, de forma que, posteriormente, pudesse direcioná-los à expansão da capacidade produtiva local, diretamente, ou através de programas que incentivassem o espírito empreendedor dos agentes privados.

Na verdade, a identificação da presença de uma política que atendesse às premissas deliberadas pelo novo paradigma de gestão, a começar pelo esforço, por parte do Governo estadual, no sentido de recuperar a sua capacidade de investir, deve ser investigada a partir do pressuposto de que tal política deveria se fazer sentir, prioritariamente, sobre a composição dos gastos estaduais. Ou seja: sobre a forma como o Estado passa a alocar seus recursos entre os diversos itens que tradicionalmente compõem a despesa. Nesse sentido, a tabela 1 apresenta alguns dados referentes à composição das despesas públicas do Estado do Maranhão, no período compreendido entre 1991 e 1999.

Tabela 1: Composição da despesa segundo as principais

Categorias	1991	1995	1999
Despesas correntes	77	67	70
Despesas de capital	20	30	27
Reserva de contingência	3	3	3
Total	100	100	100

Fonte: GEPLAN-MA

Como se observa na tabela 1, as despesas estaduais sofreram significativa mudança em sua composição, ao longo do período considerado. As despesas correntes, que em 1991 correspondiam 77% dos gastos, passaram a responder por apenas 70% dos mesmos no final do período. Na contramão desse processo, as despesas de capital, que inicialmente respondiam por um percentual de apenas 20%, passam a responder, no final, por uma cifra de 27%. Obviamente, quando se observa tal comportamento no âmbito das despesas estaduais, pode-se dizer que houve esforço bastante significativo no sentido de ampliar a capacidade de investimento do governo local, o que, certamente, contribuiu sobremaneira para a expansão da capacidade produtiva da economia do estado.

No que se refere ao lado das receitas, a tabela 2 apresenta o comportamento de suas principais categorias, após a implantação do Novo Modelo de Gestão no estado do Maranhão.

Tabela 2: Composição da receita segundo as principais

Anos	1991	1995	1999
Receitas	94	94	66
Receitas	6	6	24
Total	100	100	100

Fonte: GEPLAN-MA

Conforme os dados apresentados na tabela 2, também houve mudança substancial na composição das receitas estaduais, durante o período em análise. As receitas correntes que representavam 94% em 1991 passaram a representar um percentual de 66% em 1999. Ao contrário, as receitas de capital se tomaram bastantes significativas no final do período, demonstrando assim que, ao mesmo tempo em que procurava racionalizar a despesa, o Governo estadual procurava também redefinir melhor seu papel no contexto da economia local, procurando desfazer-se de atividades que não mais faziam sentido naquele momento, resultando então na venda de ativos que até então integravam seu patrimônio.

Dessa forma, conforme os dados indicam, houve realmente uma política de reestruturação nas finanças públicas do estado do Maranhão naquele período, conforme evidenciam os números. Mais precisamente: tem havido uma nova postura com relação à mobilização de recursos com vistas ao alcance de um ritmo de crescimento econômico mais acelerado.

As mudanças acontecidas na estrutura da composição das receitas e despesas, assim como na própria participação relativa de alguns dos itens que as compõem, servem para tomar claras as consequências advindas sobre a capacidade de poupança do setor público estadual, possibilitando a eliminação de obstáculos ao crescimento econômico. Esta, sem dúvida, é uma das mais importantes funções do Estado moderno, dentro da nova concepção de comportamento do setor público, segundo os princípios do novo paradigma de gestão. Uma vez aumentada a capacidade de poupança do setor público, abre-se a possibilidade para que o mesmo venha a investir em projetos que viabilizem novas iniciativas por parte do setor privado (ROCHA & MOURA, 1999).

Apresentando Recursos Facilitadores

Ao longo do tempo, tem sido compreendida, cada vez mais, a função que os gastos públicos devem desempenhar com vistas ao alcance de maiores níveis de expansão da capacidade produtiva das economias. Até algum tempo atrás, o gasto público tinha como principal função estimular a demanda por bens e serviços, de forma a desencadear um efeito multiplicador, ocasionando assim um surto de crescimento da atividade produtiva. Mais recentemente, com o advento das novas teorias do crescimento econômico, a participação do setor público naquele processo passa a ser no sentido de provocar um estímulo sobre a oferta. Com isto, os gastos

com infra- estrutura básica passam a ser considerados como fundamentais, pois, certamente, geram impactos positivos sobre a produtividade do setor produtivo privado, estimulando assim seus investimentos e, conseqüentemente. o crescimento econômico (FERREIRA, 1996).

Antes de analisar a conduta do Governo do Maranhão, no tocante ao seu programa de gastos públicos, faz-se necessário ressaltar que esse tipo de investimento só se efetiva caso o setor público tenha alcançado o equilíbrio orçamentário e, conseqüentemente, recuperado a sua capacidade de poupar e investir.

Como forma de se ter uma ideia de até que ponto o Estado do Maranhão tentou empreender um ajuste em suas contas, de forma a dispor de uma melhor capacidade de poupar e investir, criando assim melhores condições para o desenvolvimento da economia local, a tabela 3 apresenta alguns indicadores que podem fornecer uma ideia mais clara de como tal processo se manifestou a nível local.

Tabela 3: Capacidade de investimento do governo estadual

Indicadores	1991	1995	1999
MA IP/DC	0,26	0,32	0,38
Indicadores	0,70	0,55	0,82

Fonte: GEPLAN-MA. MA representa a margem de autofinanciamento, calculada como (receita - despesas correntes)/receita total IP/DC representa o investimento como parcela das despesas de capital.

Pela tabela 3, observa-se que houve uma significativa melhora na capacidade de realizar investimentos com recursos próprios. No que se refere à margem de autofinanciamento, pode-se notar que houve uma expansão acentuada da mesma. Ao longo de todo o período analisado, passando de 0,26 em 1991, para algo da ordem de 0,38 em 1999. Isto quer dizer que, dentre os recursos arrecadados pelo Governo estadual, uma parcela cada vez maior pôde ser destinada para o financiamento de outras atividades que não as despesas correntes. Ou seja: pôde-se destinar uma parcela crescente dos recursos arrecadados para fins tais como os investimentos públicos, principalmente em infraestrutura básica.

Na verdade, a proposição evidenciada no parágrafo anterior pode ser melhor esclarecida quando se observa o segundo indicador apresentado na tabela 3, a saber, a parcela das despesas de capital destinadas aos investimentos. Nota-se que, além de manter-se sempre em níveis bastante elevados, esse indicador apresenta uma substancial expansão no período, passando de 0,70 no ano de 1991, para a cifra de 0,82 em 1999, demonstrando assim que o governo local pôde aplicar quase a totalidade dos recursos destinados às despesas de capital em investimentos estruturadores.

Em conseqüência dos resultados apresentados, o que se pode esperar é um bom desempenho da economia local em termos da evolução de sua capacidade de gerar bens e serviços para atender às necessidades básicas da sociedade. Nesse

sentido, para que se possa ter uma ideia mais precisa da trajetória da economia maranhense como um todo, a tabela 4 apresenta a participação da economia do Estado do Maranhão na formação do PIB da região nordeste, bem como na formação do PIB da economia brasileira.

Tabela 4: Participação relativa do PIB estadual (%).

Participação	1991	1993	1995	1997	1999
PIB-MA/PIB-NE	8,8	8,7	8,6	9,5	9,6
PIB-MA/PIB-BR	1,4	1,3	1,3	1,5	1,6

Fonte: SUDENE (2000).

Observando-se os dados apresentados na tabela 4. em primeiro lugar, com relação ao Nordeste, nota-se que o Estado do Maranhão conseguiu aumentar significativamente a sua importância na economia da região. A sua contribuição para a formação do PIB do Nordeste aumenta de algo em torno de 8,8% em 1991. para cerca de 9,6% em 1999. No caso da comparação com a economia brasileira como um todo, pode-se observar que o Maranhão incrementou sua participação na produção global de bens e serviços do país. Passando a mesma de 1, 4% no início do período analisado, para cerca de 1,6% no final do mesmo. Ou seja: considerando tanto o contexto regional como próprio contexto nacional, nota-se que o Estado do Maranhão conseguiu ampliar sua expressividade como unidade econômica.

Dessa forma, considerando-se o referencial teórico inicialmente apresentado, esse é um resultado de certa forma esperado, dado que o Governo brasileiro, ao contrário do Governo estadual, no período em análise, administra uma situação macroeconômica não muito favorável, onde, embora haja certo controle dos preços internos, ocorre, ao mesmo tempo, desequilíbrio de longo prazo nas contas internas e externas. Além disso, prevalece, em nível nacional, um serviço de infraestrutura de apoio à produção bastante insatisfatório. Logo, tem-se com isto, em nível nacional, um ambiente bastante desfavorável para a realização de investimentos produtivos, o que se traduz em baixo ritmo de crescimento econômico em termos de economia brasileira.

Concluindo, pois, esta discussão, de acordo com o referencial teórico que norteou a análise dos dados relativos ao estado do Maranhão, a política direcionada, visa alcançar o equilíbrio orçamentário, procurando também melhor direcionar os gastos públicos, destinando uma parcela crescente dos recursos para atividades estruturadoras. Isto representou uma mudança positiva de regime, criando um ambiente favorável para a realização de investimentos internos e externos, o que serve para explicar, se não totalmente, mas pelo menos parcialmente. o bom desempenho apresentado pela economia do referido estado, dentro do período analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, vem se tornando cada vez mais consensual entre os economistas, a premissa de que a evolução contínua da capacidade que uma

economia dispõe para gerar riquezas não pode se sustentar sem que o setor público promova um ajuste em suas receitas e despesas.

Tomando por base o referencial teórico do novo paradigma tecno-econômico, que norteia a reestruturação do setor empresarial privado, e redefine o papel do setor público, constatou-se, após uma breve análise dos principais aspectos do ajuste fiscal/ financeiro do Estado do Maranhão, de 1991 à 1999, que a política do Governo estadual se enquadra perfeitamente no rol do conjunto de ideias que norteiam o referido referencial. Ou seja: a atuação do Governo do Estado do Maranhão foi no sentido de eliminar os obstáculos e apresentar os recursos facilitadores ao crescimento econômico.

No que se refere à eliminação dos obstáculos ao crescimento, o equilíbrio orçamentário da economia maranhense, alcançado pelo ajuste em suas receitas e despesas, foi fundamental para aumentar-lhe a capacidade de poupar e investir do setor público. Porém, tomando por base o fato de que os investimentos governa geralmente se concentram em obras estruturadoras, como melhoria no fornecimento de energia elétrica e água, construção e melhorias de estradas, etc., pode-se dizer que a ação do setor privado tornou-se facilitada, explicando-se, desse modo, o bom desempenho das taxas decrescimento econômico no referido estado.

Summary: This work aims to analyze the new role of public sector in their strategies to achieve economic development. It shows that it is necessary the public sector keeps a budget, increasing saving power, and establish with the private sector. As a case study, after an analyses of the process of adjustment of public accounts in the state of Maranhão, in the period 1991-99, it comes to the conclusion that the new model of public management adopted there, opening the ways to productivity growth and making easy the process of economic growth.

Key words: fiscal policy, public finance, regional economics

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCHAUER. D. Is Public Expenditure Productive? *Journal of Monetary Economics*, v. 23, p. 177-200. 1989.

BARRO, R. J. government Spending in a Simple Model of Endogenous Growth. *Journal of Political Economy*. v. 98, p. 103-25. 1990.

FERREIRA, P. C. Investimento em Infraestrutura no Brasil: Fatos Estilizados e Relações de Longo Prazo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 26. n. 2. agosto 1996.

GARCIA, M. G. P. O Financiamento à Infraestrutura e a Retomada do Crescimento Econômico Sustentado. PUC-RIO: Texto para Discussão, n. 336, 1995.

GEPLAN-MA. Orçamento do Estado do Maranhão. São Luís: vários anos.

LOPES, C. & MARINHO. E. L. A Necessidade de Reforma Fiscal para a Consolidação do Plano Real In: Encontro da ANPEC, 24, Águas de Lindóia-SP. Anais do XXIV, ANPEC. 1996.

LUCAS, R. On The Mechanics of Economic Development. Journal of Monetary Economics. V. 22, p. 3-42, 1988.

PEREZ. C. Câmbio Técnico, Reestruturación Competitiva y reforma Institucional en Los Países em Desarrollo. El Trimestre Económico mentais, v. 59, n. 1, p.23-64.1992.

LIMA. P. Economia do Nordeste: Tendências Recentes de Áreas Dinâmicas. Encontro da ANPEC. 21, 1993. Belo Horizonte-MG. Anais do XXI, local: ANPEC, 1993.

ROCHA, F. J. S. Dinâmica Industrial do Nordeste: Por Que as Trajetórias de Crescimento entre os Estados Diferem? Fortaleza: CAEN/UFC. 1993.

ROCHA, F. J. S. & MOURA. J. G. Gestão Pública e Expansão Produtiva: O Caso do Ceará. Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 19., 1999 Rio de Janeiro, Axiais do XIX, Rio de Janeiro, 1999.

SLACK, N. et al Administração da Produção. São Paulo: Atlas. 1997.

SUDENE. Boletim Conjuntural do Nordeste do Brasil, n. 07, Recife, agosto 2000.